APERFEIÇOAR A "RAÇA", SALVAR A NAÇÃO: EUGENIA, TEORIAS NACIONALISTAS E SITUAÇÃO COLONIAL EM PORTUGAL*

por

Patrícia Ferraz de Matos**

Resumo: Nos inícios do século XX assistiu-se em Portugal à procura de afirmação da superioridade biológica de uma população que se queria hegemónica. Surgiram propósitos, vindos da medicina e da antropologia, que procuraram promover a superioridade racial dos portugueses. Uma das formas de garantir a "pureza racial" era através da eugenia e através de debates que alertavam para os perigos da miscigenação com indivíduos de outros grupos, sobretudo os autóctones das então colónias. Pretendo dar a conhecer alguns dos autores que promoveram ideias de aperfeiçoamento da "raça" e abordar os modos diferentes de encarar o ultramar com vista a manter o império e a salvar a nação.

Palavras-chave: Raça; eugenia; império e nação.

Abstract: In the beginning of the 20th century, Portugal made an attempt to enforce the biological superiority of a population, with the desire of conveying its hegemony. In the areas of medicine and anthropology, some initiatives attempted to promote Portuguese racial superiority. One of the means found to guarantee "racial purity" was through eugenics and also the organisation of debates which warned against the dangers of miscegenation with individuals belonging to other groups, mainly the indigenous people of the colonised territories of the time. My aim is to reveal some of the authors that have promoted concepts of "racial perfectioning", as well as to analyse the different ways the overseas territories were understood as a means to maintain the Empire and save the Nation.

Keywords: Race; eugenics; empire and nation.

Introdução

A inspiração das teorias raciais que surgiram no século XIX remonta aos pensadores do século XVIII. O século XVIII foi palco, por um lado, de uma visão humanista herdeira da Revolução Francesa, que naturalizava a igualdade humana e, por outro, de uma reflexão

* Trabalho apoiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia através de uma bolsa de doutoramento. Agradeço os comentários de José Manuel Sobral (ICS-UL) e de Nuno Martins (ICS-UL) às versões iniciais do texto. Uma versão deste trabalho foi apresentada numa sessão do Seminário de Investigação do ICS-UL em 2009.

** Doutoranda do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-UL).

sobre as diferenças existentes entre os homens (Schwarcz, 2007 [1993], pp. 46-47). A partir do século XIX, a segunda postura foi preponderante, "estabelecendo-se correlações rígidas entre património genético, aptidões intelectuais e inclinações morais" (*idem*, p. 47). No século XIX, a origem do homem foi pensada segundo duas perspectivas distintas. Por um lado, a perspectiva monogenista, dominante até meados do século XIX, defendida por pensadores que, apoiando-se nas escrituras bíblicas, "acreditavam que a humanidade era una" e o "homem se teria originado de uma fonte comum". Por outro, a perspectiva poligenista, cujos autores defendiam a "existência de vários centros de criação, que corresponderiam, por sua vez, às diferenças raciais observadas" (*idem*, p. 48).

A obra de Charles Darwin (1809-1882), inspirada nas teorias populacionais do pastor protestante Thomas Malthus[1] (1766-1834), definiu o processo de "selecção natural" das espécies (Darwin, 1859) e veio abrir caminho para a diluição das disputas entre monogenistas e poligenistas, passando ambas as interpretações a assumir o modelo evolucionista. Segundo Darwin, as espécies não eram imutáveis e evoluíam gradualmente; a selecção natural actuava no sentido da preservação das diferenças e das variações favoráveis, assim como da eliminação das variações nocivas (1968 [1859]), p. 84), ou seja, os seres mais aptos[2] viviam durante mais tempo e tinham mais descendência. Não fazia sentido, portanto, falar na existência de "tipos" raciais permanentes, uma vez que as populações se adaptavam e evoluíam progressivamente.

A teoria de Darwin, inspirada no "mundo natural", foi apropriada para a análise das sociedades humanas e algumas das suas interpretações foram aplicadas a outras áreas do conhecimento. Ainda durante o século XIX, e posteriormente ao evolucionismo, emergiu a eugenia, uma prática ou movimento social, que procurava alcançar a melhoria das qualidades físicas e morais de gerações futuras, principalmente pelo controle social dos matrimónios. É, correntemente, definida também como uma ciência aplicada dirigida ao melhoramento das potencialidades genéticas da espécie humana (Banton, 1996, p. 125). O termo eugenia (*eu* – boa, *genus* – geração) foi criado em 1883 pelo britânico Francis Galton (1822-1911), primo direito de Darwin. Embora o "novo" termo se associe a 1883, a ideia de eugenia não era nova, pois já os gregos antigos falavam em eliminar os incapazes, como os eugenistas britânicos reconheceram. Essa associação talvez advenha da proximidade da eugenia com a noção chocante de que indivíduos menos dotados não se devem reproduzir (Stepan, 1991).

Em *Hereditary genius* (1979 [1869]), Galton procura provar, através de um método estatístico e genealógico, que a capacidade humana era influenciada pela hereditariedade e não pelo meio. Como considera a habilidade mental e a habilidade física herdadas diferenciadamente pelos indivíduos, grupos e "raças", sugere as proibições dos casamentos inter-raciais, tendo em vista o aperfeiçoamento das populações e a eliminação de características indesejáveis, diminuindo a propagação dos indivíduos "incapazes" e estimulando a multiplicação dos indivíduos saudáveis. É no darwinismo que se inspira para elaborar, em *Inquires into Human Faculty and its development* (1883), a teoria eugénica de "aper-

[1] Segundo Malthus (1798), a população cresce em proporção geométrica (1, 2, 4, 8, 16...), enquanto a produção de alimentos cresce em proporção aritmética (1, 2, 3, 4,..), podendo tal conduzir a uma catástrofe. Malthus não defendia a ajuda aos mais necessitados, pois tal não permitia a actuação da selecção natural.

[2] Apesar de associada geralmente a Darwin, a expressão "sobrevivência do mais apto" deve-se a Herbert Spencer (Poliakov, 1974, p. 282).

feiçoamento da raça humana". No entanto, segundo Galton, o processo darwiniano de selecção já não operava sob as condições de uma vida "civilizada", sendo necessário intervir activamente no desenvolvimento do homem.

Galton inspirou-se ainda nas descobertas de Gregor Mendel (1822-1884), um monge checo, conhecido como o fundador da genética. Mendel cruzou pés de ervilhas e verificou que quando ervilhas de casca enrugada eram cruzadas com ervilhas de casca lisa, o resultado tendia a ser ervilhas de casca enrugada, pois esse era o gene dominante. Alguns eugenistas que interpretaram estas experiências reconheceram as ervilhas de casca enrugada como uma degeneração (e não como uma variação genética apenas), pondo em causa a reprodução daquela espécie. Ao transferir o resultado das descobertas de Mendel para os humanos, Galton considerou necessário procurar manter as "raças" puras. Em 1907 foi presidente da Eugenics Education Society, em Inglaterra, tendo-lhe sucedido no cargo Leonard Darwin – filho de Darwin.

Segundo M. Sophia Quine (1996), na altura da criação desta sociedade, um grupo da "ala nórdica" defendeu medidas eugénicas "negativas" de impedimento da transmissão de defeitos hereditários, nas quais se incluíam: proibição do casamento, esterilização e segregação dos "anormais", enquanto delegados dos países latinos católicos[3] insistiram em medidas "positivas" de reforço da assistência social, protecção materno-infantil e apoio às famílias numerosas. Estas medidas inspiraram pessoas que acreditavam ser possível dirigir e modificar o curso natural da evolução humana num sentido que viam como positivo. Um governo, por exemplo, pode pôr em acção medidas de eugenia negativa decretando que indivíduos considerados incapazes, como os deficientes mentais ou pessoas com doenças hereditárias, não devam ter filhos, ou pode, através de medidas de eugenia positiva, encorajar nesse sentido indivíduos considerados pertencer a uma melhor estirpe. Estas duas formas de eugenismo distinguem-se do darwinismo social, outra aplicação do evolucionismo à sociedade, pois fundam-se na intervenção do Estado, embora de distintas formas, através de legislações mais ou menos constrangedoras (Pichot, 2000, p. 159).

A eugenia suscitou o interesse de cientistas, médicos, especialistas legais e higienistas mentais, mas tal processo deve ser visto como a culminação de uma transformação intelectual e social durante a qual a vida humana foi crescentemente interpretada como resultado das leis biológicas naturais (Stepan, 1991, p. 21). Levantaram-se então questões relativas à miscigenação, pois esta permitiria obter combinações incontroláveis com elementos de ambos os pais. Alguns teóricos defenderam que as "raças" inferiores ficariam favorecidas, enquanto as superiores ficariam desfavorecidas, tendo como resultado a sua degenerescência. Para impedir a miscigenação promoveu-se a segregação de alguns grupos, o isolamento dos "inferiores" e até a sua exterminação. A eugenia tornou-se popular na Grã-Bretanha e nos EUA, pelo menos até ao primeiro quartel do século XX, embora tenha sido influente noutros países da Europa, como a Suécia. Contudo, quando deixou de ser apenas uma teoria e se tornou numa prática radical e sem regras, na Alemanha nazi, foi sujeita ao criticismo e à rejeição (Llobera, 2003, p. 84).

Debruçando-me sobre o contexto português pretendo, seguidamente, dar a conhecer melhor alguns dos autores que, desde os finais do século XIX, e na primeira metade do século XX, estiveram preocupados com o progresso da população portuguesa e promoveram ideias para a melhoria das suas condições. Irei abordar os modos diferentes de encarar

[3] Estes últimos defendiam tais medidas não por serem latinos, mas, e sobretudo, por serem católicos.

o ultramar e as soluções que surgiram quando as pressões internacionais no período pós-segunda grande guerra se agudizaram. Averiguarei ainda o modo como a ciência e o poder estatal se apoiaram mutuamente, transmitindo-se muitas vezes a ideia de que ambos poderiam contribuir para o progresso da nação.

Teorias nacionalistas e influência do pensamento eugénico em Portugal

Na segunda metade do século XIX, a representação da história nacional portuguesa vê-se confrontada com uma história de ascensão, cujo apogeu estava nos impérios do século XVI, e outra, de decadência, procurando assim explicar-se a sua situação secundária e subordinada nessa altura (Matos, 1998, pp. 350-384). Grande parte dos autores da geração de 70 debruçou-se sobre a constatação do atraso português de então comparado com os feitos heróicos nacionais dos séculos XV e XVI e com os avanços técnicos, económicos e políticos das nações mais progressivas da Europa. Nesta altura, a ideia de "nação" estava no centro das preocupações dos intelectuais. Neste contexto, como referiu José Manuel Sobral, alguns autores vão procurar encontrar uma matriz rácica para explicar esta decadência (2004, p. 259). Porém, a palavra "raça" tinha ainda, como observou Sobral, "o sentido unitário – mas polissémico e ambíguo – de nação" (*idem*, p. 279).

Teófilo Braga (1843-1924), por exemplo, tomou a literatura como "expressão ou produto do meio social" e do "génio nacional" para, a partir dela, "deduzir os caracteres de "uma raça fundadora" portuguesa (Matos, 1998, p. 324). Referindo-se ao elemento étnico, procurou indagar sobre a "base tradicional" a partir da qual "se teria elaborado a literatura nacional" (*idem*, *ibidem*). Braga não defende apenas o papel decisivo de um grupo étnico: refere o génio céltico "vivo entre os portugueses", "atribui à componente semítica dos povos peninsulares (Fenícios, Cartagineses, Judeus e Árabes), a preponderância da tendência separatista" e "associa a formação da nacionalidade a uma suposta predominância da raça ariana, em que inclui gregos e romanos, no Noroeste do território nacional" (*idem*, p. 325). Na obra *O povo português nos seus costumes, crenças e tradições* (1885), Braga concluiu que os portugueses resultaram da mistura de vários grupos, sendo tal um exemplo de superioridade.

Por seu turno, tanto para Antero de Quental (1842-1891), como para Oliveira Martins (1845-1894), "a nação portuguesa, destituída de uma base étnica individualizada", resultou da "vontade política e das instituições e não de uma raça entendida como um tipo nacional" (Matos, 1998, p. 329). Oliveira Martins, Pinheiro Chagas (1842-1895) e Adolfo Coelho (1847-1919) "contestaram a substantivação dos moçárabes como grupo étnico definido, distinto, e como grupo social" (*idem*, *ibidem*). Outros, como Alexandre Herculano (1810-1877), reconheceram a influência árabe (Herculano, 1916). Já Leite de Vasconcelos (1858-1941) admitiu que os portugueses resultaram da mistura de vários povos e, inclusivamente, algumas zonas do país, como Alcácer do Sal, tinham uma influência africana evidente (Vasconcelos, 1895).

Nos inícios do século XX, o médico e antropólogo Mendes Correia, ou "médico antropologista", como o próprio por vezes se denominava, reconhece os "traços flagrantes" deixados pelo germano, minora a influência dos semitas e não se refere a uma possível influência dos habitantes da África sub-sahariana (Correia, 1914-1915). Nessa mesma altura, alguns defensores do integralismo lusitano, como António Sardinha (1887-1925), nem a

existência de sangue árabe consideravam (Sardinha, 1915). Ou seja, apesar de os portugueses historicamente terem descendido de vários povos, essa mistura nem sempre foi reconhecida.

Foi neste contexto que, no sentido de "salvar" a população portuguesa e manter a "genuinidade" do carácter dos portugueses, começaram a surgir propostas de medidas de higiene, assistência social, promoção e proibição de casamentos. Por outro lado, ainda nos finais do século XIX, sentiu-se a necessidade de realçar a hegemonia da então nação colonial, afastando elementos que pudessem sugerir degenerescência ou hibridação. Como referiu Pimentel (1998, p. 18), no início do século XX, o tema do "'aperfeiçoamento da raça' através de medidas de engenharia social e de intervencionismo estatal" veio para o "debate no seio da comunidade médica, científica e política". Os eugenistas pretendiam combater "quantitativa e qualitativamente, a 'decadência' populacional e social, pretensamente causada por factores biológicos mórbidos hereditários que fariam perigar as nações" (*idem, ibidem*). O Primeiro Congresso Internacional de Eugenismo ocorreu em Londres, em 1912, e nele estiveram presentes, entre outros, W. Churchill, Alfred Ploetz (Presidente da Sociedade Alemã de Higiene Racial) e Leonard Darwin (filho de Darwin e sucessor de Galton na presidência da já referida Sociedade de Educação Eugénica Inglesa).

Segundo Ana Leonor Pereira, "o caso português não é comparável à dinâmica eugenista da Alemanha, da Inglaterra, dos EUA, da Suíça e dos países nórdicos, mas revela alguma semelhança com o eugenismo francês" (Pereira, 1999, p. 536). Tal advém basicamente da "subordinação do espírito eugenista ao campo do higienismo" e "é compreensível, atendendo à hegemonia do neo-lamarckismo (influência do *meio* exterior sobre a hereditariedade) na comunidade bio-médica francesa" (*idem, ibidem*). Teria sido então a valorização do meio o factor que "moldou a eugenia francesa a uma ética humanista, prudente em matéria de imposições legislativas e mesmo no terreno da educação eugénica, tanto seleccionista como racialista" (*idem*, p. 537). Há, contudo, excepções a esta generalização. Pereira dá como exemplo o "elitismo social e racial de Vacher de Lapouge, na sua tese da desnordificação da França, construída na base de estatísticas bio-antropológicas (Galton) e tendo como corolário a defesa da '*fecundação artificial*' e do '*serviço sexual obrigatório*'" (*idem, ibidem*).

Em 1919 Júlio Dantas (1876-1962), futuro ministro da Instrução Pública (1920) e dos Negócios Estrangeiros (1921 e 1923), Presidente da Academia das Ciências de Lisboa (1940) e Presidente Geral dos Congressos do Mundo Português (1940), "propôs a introdução do exame pré-nupcial, a proibição do casamento entre doentes de corpo e de espírito, e o isolamento dos indivíduos perigosos 'para a raça'" (Dantas, 1919). Em 1927, um ano depois do golpe militar de 1926, Mendes Correia considerou, numa intervenção apresentada ao Congresso Nacional de Medicina, que o desfalque humano suscitado pela onda emigratória, bem como pela mortalidade, tuberculose e ilegitimidade das crianças conduzia à necessidade de tomar medidas eugénicas. Nesse sentido, e para não fabricar "num triste fim de raça, uma geração miserável e incapaz, de ineptos, de malvados, de covardes", propôs o estabelecimento do:

> "(...) *pedigree* das famílias, a segregação de criminosos recidivistas[4], a esterilização e o neo-maltusianismo em casos de grandes taras e doenças profundas, o exame ante-nupcial com regulamentação sanitária do casamento, a propaganda popular e escolar da eugénica (incluindo a educação sexual e a profilaxia anti-venérea), a protecção às gestantes, a regulamentação médica da imigração; (...) a luta contra os factores disgenizantes (alcoolismo, uso de alcaloides, prostituição, imoralidade, etc)" (1928, p. 7).

[4] Reincidentes.

Correia (1928) estava ainda preocupado com o facto de que, entre 1915 e 1921, mais de 50% dos homens sujeitos às inspecções para o recrutamento militar não foram apurados por falta de robustez física, altura ou saúde, ou devido a deformidades físicas. Para Correia, a inaptidão bio-social era um fenómeno constitucional-germinal e, portanto, hereditário, não sendo muito eficazes os meios higienistas. Como se percebe na transcrição anterior, uma das questões que preocupava Correia era a imigração que, segundo ele, deveria ser regulamentada. Embora Portugal fosse um país para onde raramente se imigrava, mas de onde se emigrava, a ideia de controlar a imigração como medida necessária para o bem-estar nacional teve outros defensores. Ao nível nacional, mas também europeu, J. Andrade Saraiva (1929), por exemplo, defendeu o estancamento da imigração na Europa para travar a adulteração da "raça branca".

No Brasil registaram-se preocupações semelhantes. Em 1929 realizou-se o Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia, mas o seu presidente, Edgar Roquette Pinto, antropólogo e director do Museu Nacional do Rio de Janeiro, opôs-se à tendência racista da maioria dos participantes que defendiam a aplicação de uma "política eugenista radical" e a teoria "degeneracionista da mestiçagem". Influenciado pelos ensinamentos de Mendel e Boas, R. Pinto defendeu que o "problema brasileiro seria uma questão de higiene e não de raça" (Schwarcz, 2007, p. 96).

Na I Semana Portuguesa de Higiene (1931), Mendes Correia propôs de novo a investigação do *pedigree* das famílias (uma ideia retomada pelo psiquiatra Barahona Fernandes) através da criação de um arquivo genealógico dos doentes, medida posta em prática cinco anos mais tarde na Clínica Psiquiátrica da Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa (Pimentel, 1998, p. 22). No ano seguinte, Correia é convidado para organizar a secção do Porto da Sociedade Portuguesa de Estudos Eugénicos. E, nesse mesmo ano, a 24 de Outubro, convida Renato Kehl, presidente da organização brasileira de eugenia, para proferir uma conferência no Porto. Nessa conferência, o eugenista brasileiro defendeu que "só 'medidas eugénicas, actuando sobre as modalidades das aptidões hereditárias, garant(ia) em condições óptimas ao género humano' enquanto a educação e o progresso beneficiavam o indivíduo sem vantagem genética para a descendência" (Pimentel, 1998, p. 22); advogou as "vantagens do casamento no seio da 'mesma classe ou raça' e condenou a mestiçagem, 'dissolvente, dissuasora, desmoralizadora, degradante'" (*idem, ibidem*). Esta visão de Kehl teve em Portugal pouca receptividade, sendo o médico Riba Leça (1934) um dos seus críticos. Entre os poucos defensores do eugenismo argumentado por Kehl esteve o médico e sero-antropologista Almerindo Lessa (1908-1955) que recenseou positivamente um livro seu[5].

As primeiras décadas do Estado Novo assistiram ao auge do pensamento eugénico em Portugal. Em 1933, o médico e antropólogo Eusébio Tamagnini[6] (1880-1972) apresentou a proposta de criação da Sociedade Portuguesa de Estudos Eugénicos, cujos estatutos foram aprovados em 1934. Esta sociedade foi fundada em Coimbra, a 9 de Dezembro de 1937[7], por E. Tamagnini, J. Alberto dos Reis, Álvaro Matos, Rocha Brito e Alberto Pessoa, com a participação em Lisboa e no Porto de Henrique de Vilhena e Mendes Correia. A sua

[5] *Vide A Medicina Contemporânea*, n.º 48, 1937, p. 390, citado em Pimentel (1998).

[6] Foi ministro do governo de Salazar, de 23/10/1934 a 18/1/1936, professor de Antropologia, na Universidade de Coimbra, e realizou estudos que ilustram o seu interesse pela "raça". Sobre Tamagnini, *vide* Santos (1996).

[7] Em termos comparativos, podemos referir a criação da Sociedade Alemã de Higiene Racial (1905), da Sociedade de Educação Eugénica na Inglaterra (1907), da Sociedade Eugénica Francesa (1912) e da Sociedade Eugénica Americana (1921), que aconselhou a esterilização de um décimo da população americana para evitar o "suicídio da raça branca".

intenção foi a de propagandear ideias de "valorização demográfica" e responder à "necessidade de se criar uma geração mais forte". Foi inaugurada durante as Comemorações Centenárias da Universidade de Coimbra, com a presença[8] de representantes de vários países, entre os quais o alemão Eugen Fischer, director do Instituto de Antropologia de Kaiser Wilhelm de Berlim (*Diário de Coimbra*, 10/12/37), e esteve em actividade até 1974. Contudo, numa exposição feita ao Senado da Universidade de Coimbra, a 25 de Janeiro de 1933, já Tamagnini (1933) tinha salientado a necessidade de um Instituto Nacional para o estudo sistemático das questões respeitantes à "higiene da raça". E na lição inaugural da mesma universidade, em 1934, analisou a importância do estudo da população e destacou as medidas eugénicas tomadas pela Alemanha, impedindo que as "raças" se intoxiquem a si próprias e devotando cuidados "aos seus melhores elementos étnicos" tendo em vista a dominação do mundo (1934-1935, p. 28).

Por seu turno, Bissaya-Barreto (Castanheira de Pêra, 1886 – Lisboa, 1974), amigo pessoal de Salazar, autor da idealização do Portugal dos Pequenitos em Coimbra, e uma das pessoas que neste contexto mais apelou à responsabilidade na formação dos indivíduos, mentor de estruturas de apoio às crianças – os "homens de amanhã", que segundo ele permitiriam a continuidade dos valores da "nação" e da "raça" – defendeu em 1940, no discurso realizado a propósito das festas comemorativas da cidade de Coimbra, que era necessário aumentar a população "educando-a, instruindo-a, desenvolvendo a nossa raça, aperfeiçoando-a, tornando-a vigorosa e forte, combatendo tanto quanto possível, as variadas causas do seu enfraquecimento" (1940, p. 6).

Os pressupostos da citação anterior eram semelhantes aos defendidos pela Sociedade Portuguesa de Estudos Eugénicos. Embora não fazendo parte desta sociedade, Bissaya-Barreto esteve presente na sua inauguração. Mas nenhum desses aspectos poderá levar a concluir que Bissaya-Barreto era alguém que comungava do eugenismo radical. Os eugenistas podiam, por vezes, inserir os seus propósitos num discurso nacionalista mais amplo que igualava "raça" a nação. E talvez seja esse o sentido que Bissaya-Barreto aqui refere, ou seja, encarando a "raça" como nação ou povo, não coincidindo exactamente com os pressupostos dos eugenistas. As medidas de Bissaya-Barreto inserem-se no âmbito de uma eugenia no sentido positivo que procurava incrementar e melhorar a assistência social.

Também o psiquiatra Barahona Fernandes[9] (Vinhais, 1907 – Lisboa, 1992), um opositor do Estado Novo, vindo do mundo republicano, assistente e colaborador do psiquiatra Sobral Cid no Hospital Miguel Bombarda, foi um admirador do "progresso científico" dos estudos sobre hereditariedade na Alemanha e um crítico da "essência racial" da esterilização forçada, tendo defendido apenas medidas "negativas" nos casos "hereditários" graves (Pimentel, 1998, p. 27). Diferentemente de Bissaya-Barreto, Barahona Fernandes foi, de facto, um eugenista. Segundo ele, "a profilaxia e a higiene lidavam com o meio ambiente mas deixavam a 'semente' intacta" (Pimentel, 1998, p. 24). Fernandes defendeu, porém,

---

[8] Na sua maioria eram professores da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra, como Bissaya-Barreto, Rocha Brito, Anselmo Ferraz de Carvalho ou Elísio de Moura. Do Porto e Lisboa, onde as secções da sociedade eram dirigidas por M. Correia e H. Vilhena, respectivamente, participaram os médicos Joaquim Pires de Lima, João de Almeida (brigadeiro-médico) e Sobral Cid.

[9] Foi bolseiro na Alemanha, estagiário no Kaiser Wilhelm Gesellschaft de Munique (1934-1937), subdirector do Hospital de Miguel Bombarda (1938) e membro da comissão instaladora do Hospital Júlio de Matos, do qual foi chefe da Clínica Psiquiátrica (1942). Sobre a sua "profilaxia eugénica das doenças mentais", *vide* Fernandes (1940).

que "só quando os dados demográficos provassem existir uma ameaça à raça 'por infiltração de povos de somenos valor' ou de 'tarados' em prejuízo da 'população sã, forte e desejável para o progresso da nação' se justificava (...) o recurso à esterilização, embora esta nunca devesse ser aplicada de 'forma sistemática, forçada pelo Estado"[10].

Apesar de ter tido vários defensores, em Portugal, mesmo após a fundação da Sociedade de Estudos Eugénicos, a eugenia era encarada sobretudo no quadro da higiene, isto é, destacando a influência do meio e de factores externos. A via higienista (apoiada pelas descobertas da química, medicina e farmácia) acabaria por prevalecer então à via eugenista, embora as duas pudessem coexistir. Outro elemento interessante é que as discussões acerca da eugenia passaram a juntar aos argumentos biológicos, os elementos sociológicos, psicológicos e até jurídicos, no que diz respeito à regulamentação de casamentos e divórcios proposta por alguns médicos e à consequente necessidade de actualizar o Código Civil português. No que respeita à esterilização, houve um certo consenso em a reprovar. Para além dos referidos, também o psiquiatra Miguel Bombarda a avaliou negativamente e demonstrou ter uma consciência crítica relativamente à eugenia radical. Apenas Egas Moniz, Prémio Nobel de Medicina e Fisiologia em 1949, propôs a esterilização para eliminar a hereditariedade mórbida, uma medida no entanto restrita a casos clínicos mais especiais (Pereira, 1999, p. 588).

Entre os grandes defensores da eugenia em Portugal estiveram vários psiquiatras ligados a instituições estatais (Miguel Bombarda, Júlio de Matos, Sobral Cid, Barahona Fernandes). Os seus defensores foram também pessoas de distintos quadrantes políticos: ex-nacionais-sindicalistas (Tamagnini, João de Almeida), membros do Partido Evolucionista (Bissaya-Barreto), conservadores republicanos (Júlio Dantas) e membros da União Nacional. Por outro lado, havia apologistas da eugenia com diferentes posturas relativamente à religião: católicos (Padre Herculano Mendes, médicos como Costa Sacadura, João Porto), agnósticos e ateus (Pimentel, 1998).

De facto, os católicos defenderam a eugenia "embora aprovassem medidas natalistas de aumento da população e condenassem as medidas limitativas da natalidade" (Pimentel, 1998, p. 26). A Igreja manteve-se vigilante no que diz respeito a uma excessiva intervenção do Estado no domínio privado e familiar, procurando impedir os excessos "negativos" da eugenia. Em Portugal registou-se a persistência dos valores humanistas, em parte devido à influência cristã, e especificamente católica, com a intervenção da Igreja no Estado. Os princípios da eugenia não foram levados até às últimas consequências e não se registou a ocorrência de extermínio ou genocídio, como na Alemanha, ou de esterilização como sucedeu na Suécia.

Higiene racial e questões levantadas pela situação colonial[11]

Como referiu Michael Banton, a história da eugenia no que diz respeito, em particular, à questão das relações raciais tem sido marcada pela controvérsia (1996, p. 125). No

[10] "O Problema da Eugénica", *A Medicina Contemporânea*, 22/ 5/ 38, citado em Pimentel (1998).

[11] Utilizo aqui a expressão inicialmente utilizada por Balandier (1955) para se referir ao contexto colonial que reuniu em territórios definidos indivíduos muito diferentes entre si e conduziu a relações de poder (dominação *versus* subordinação).

que a Portugal concerne, as discussões acerca do "aperfeiçoamento da raça" nos inícios do século XX estiveram envolvidas com as questões acerca da miscigenação[12], e com o contexto colonial, e envolveram tanto os meios políticos, como os científicos. Assim, por exemplo, governadores coloniais, como Norton de Matos ou Vicente Ferreira, e o escritor Gastão de Sousa Dias, não eram favoráveis à mestiçagem, embora fossem a favor da "elevação social de pretos e mulatos", salvaguardando, no entanto, que estes constituíssem "grupos cuidadosamente separados" (Ribeiro, 1981, p. 155). Já no âmbito científico, no Congresso de Antropologia Colonial (1934), por exemplo, o médico Germano da Silva Correia criticou o povoamento colonial por condenados, inaceitáveis em "matéria da eugenésica interétnica", por um lado, e defendeu uma política colonial "extremamente humanitária e rasgadamente liberal" para apelar à colaboração dos mestiços, por outro (Correia, 1934, pp. 329, 326). No mesmo congresso, mas com um espírito um pouco diferente, Tamagnini defendeu o esforço para incutir nos portugueses o desejo de emigrarem para as colónias e aí se fixarem definitivamente, mas alertava para os perigos da mestiçagem, pois, como notava Ernest RadenWaldt, era "um risco para tôdas as sociedades humanas" e devia "desaconselhar-se" (1934, p. 63).

Já anteriormente, ao questionar-se sobre o valor dos produtos do cruzamento entre colonizadores e colonizados, Tamagnini tinha referido que, em geral, as nações colonizadoras têm um grau de "aperfeiçoamento moral e civil" superior ao das populações colonizadas, cujo "desenvolvimento cerebral em geral está mais atrasado". Essas populações têm, por isso, uma grande dificuldade em aprenderem a língua dos colonizadores, conduzindo esta situação a uma "corrupção das formas e alteração do significado da maior parte das palavras". Deste modo, o crioulo, enquanto dialecto de São Tomé, devia ser considerado como uma degenerescência da língua portuguesa (Tamagnini, 1902, p. 13; Santos, 1996).

Contemporaneamente a Tamagnini podemos encontrar nos trabalhos de Mendes Correia discursos cujos propósitos são idênticos. No Congresso Nacional de Antropologia Colonial (1934), este autor chama a atenção para a necessidade do desenvolvimento de estudos sobre os "problemas biológicos e sociais do mestiçamento", cuja "intensidade angustiosa e dramática" deveria preocupar os investigadores, pois foram esquecidos desde os "tempos dourados em que o grande Afonso de Albuquerque favorecia o cruzamento de portugueses com as mulheres indígenas". Correia não apoiava a mestiçagem, uma vez que um mestiço era "um sêr imprevisto no plano do mundo" (1934, p. 332). Para Correia, tal como para Tamagnini, o mestiço não podia ter uma representação num mundo "moderno" (Latour, 1993 [1991]), porque era impuro, híbrido e a sua propagação conduziria à degenerescência.

O Congresso Nacional de Ciências da População (CNCP), integrado nos Congressos do Mundo Português de 1940, incluiu vários trabalhos sobre os estudos demográficos em Portugal. Pela leitura das actas desse congresso é possível darmo-nos conta da polémica que então se verificou entre natalistas e neomalthusianos. Porém, a maioria dos participantes, e o próprio Mendes Correia, defendeu posições eugenistas que reflectiam uma preocupação com a melhoria das qualidades da "raça" portuguesa. No discurso da Sessão Inaugural daquele congresso, Correia referiu a importância do "vigor" e da "pureza germinal

[12] A mistura racial foi debatida também no Brasil, México, Peru, Argentina e Venezuela.

da Raça" para a "continuidade histórica da Nação" (1940a, p. 20). Ainda nesse discurso destacou que os portugueses estavam longe de estar desvalidos, tal como se podia concluir pela realização deste congresso, e enfatizou o "brilhante movimento intelectual do século XVIII", a "acção no Brasil colonial", os "modernos esforços para a valorização das colónias", o labor dos "institutos científicos" e o "milagre de ressurgimento" (1940a, p. 11).

Na comunicação apresentada ao Congresso Colonial, integrado nos congressos de 1940, Correia repudiou a mestiçagem, pois de um mestiçamento generalizado não se podia esperar "uma nova linha racial pura", mas sim "um confuso melting pot", de onde sairia "uma humanidade biologicamente comparável (...) aos atípicos e lazarentos 'cães da rua' (...)" (1940b, pp. 11-12). Correia apela à "conveniência nacional de restringir os cruzamentos raciais" no sentido de impedir a "interferência social e política dos mestiços na vida portuguesa", o desfiguramento da "fisionomia tradicional da Pátria" e o desaparecimento do que "de mais nobre e próprio existe no valor português" (1940b, p. 21). E termina referindo que: "nunca eles (os mestiços) deverão, como não devem os estrangeiros naturalizados, exercer postos superiores da política geral do país, salvo (...) em casos (...) muito excepcionais e improváveis" (1940b, p. 23).

Noutro trabalho, integrado no CNCP, Correia debruça-se sobre os "Factores degenerativos na população portuguesa" e anuncia o mestiçamento como "possível factor degenerativo". Para sustentar os seus argumentos, apoia-se em Morel, Magnan, Legrain, Júlio de Matos, Barbé, Afrânio Peixoto, Fernando Correia, H. ten Kate e Tamagnini. Nesta comunicação defende a "pureza do sangue português metropolitano" como uma "condição essencial da continuidade histórica e moral da Nação", não porque o mestiço fosse necessariamente inferior, mas porque da mistura de elementos heterogéneos podiam surgir resultados inesperados e pouco felizes (Correia, 1940c). Por outras palavras, o que Correia acaba por destacar é a imprevisibilidade do mestiçamento (1940b) e não propriamente a sua fundamentação científica. Dito de outra forma, para Correia o mestiçamento levaria à diluição de caracteres (1940b), mas a hipótese de o factor degenerativo surgir, ou não, era apenas uma possibilidade (1940c).

Ainda no âmbito dos congressos de 1940, no Congresso Colonial, Gonçalo de Santa-Rita (1891-1967), então professor da Escola Superior Colonial, aborda o contacto da "raça portuguesa" com as "raças indígenas", e o contacto das "raças" nas colónias portuguesas, e revela-se contrário à existência de "mestiços":

> "Nas colónias em que o cruzamento mais se evidencia, como Cabo Verde, o mestiço, em geral, eleva-se acima do negro e muitas vêzes iguala o branco. (...) A percentagem de sangue branco torna-os menos resistentes às condições mesológicas e muitos morrem de tenra idade. Outros conseguem criar-se e são de futuro péssimos elementos sociais, desprezando os pretos e odiando os brancos, mal vistos por uns e outros (...), elementos nulos na valorização económica e na elevação social das colónias" (1940, pp. 20-21).

Também no CNCP, na secção de "Demografia e Higiene", João Avelar Maia de Loureiro[13] (1901-1949) refere que a saúde de uma raça é a "ausência ou raridade de

[13] Sobre a sua análise das causas da mortalidade em Portugal, *vide* Loureiro (1945). Sobre a vida e a obra de Loureiro, *vide* Correia (1949?). Nesta secção foram apresentados um trabalho do demógrafo e fascista italiano Corrado Gini (1884-1965) sobre natalidade (Gini, 1940) e outro sobre mortalidade na população portuguesa (Sant'Ana, 1940).

doenças e anomalias flagrantes nos indivíduos que a compõem" e a "capacidade de resistir a essas doenças e de não procriar indivíduos portadores de anomalias". Segundo este médico:

> "Uma elevada taxa de mortalidade infantil, longe de constituir um processo selectivo, apenas prepara gerações futuras mais débeis e (...) sujeitas a morrer precocemente. (...) É nos países de baixa natalidade que há maior probabilidade de encontrar exemplares (...) mais perfeitos e mais cheios de saúde. É nas raças de natalidade elevada que existe o maior número de débeis, de doentes, de infezados" (Loureiro, 1940, pp. 124-125, 136).

Os comentários a esta apresentação, ainda no congresso, não se fizeram esperar: Almeida Garrett elogiou o trabalho de Maia Loureiro, que mostra o seu culto pela medicina social da infância, mas discorda da conclusão a que chegou. José Alberto de Faria defende que o ponto de vista de Loureiro é o de higiene estrita, indiferente ao número total dos componentes desde que eles sejam insuficientes ou débeis. Fernando da Silva Correia considera que a limitação do número de filhos não resolve o problema, mas sim medidas de ordem social, e concorda com as afirmações feitas por Ayres de Azevedo (1940a) na sua comunicação a propósito das doutrinas de certa "pseudo moral cristã". Por último, Ayres de Azevedo considera que não deve opor-se qualidade e quantidade pois, no sentido de se desenvolver o império português, a qualidade da população deve ser cuidada e a sua quantidade elevada.

Ainda na secção de "Demografia e Higiene", Ayres de Azevedo (1940a) apela à definição urgente de uma política demográfica para o país e seu "império" e ao aumento da população branca no mesmo:

> "(...) Longe de ser excessiva a densidade da população no Portugal Continente, ela é insignificante no Portugal Império, especialmente a da Raça Branca. (...) O Estado Português carece de, por meio duma política demográfica urgente, fomentar activamente o aumento de população e reprimir, com severidade, as doutrinas suïcidas de fundo maltusianista e burguês, sobretudo quando se apresentem disfarçadas de pseudo 'moral cristã', equilíbrio entre populações e subsistência por limitação de nascimentos, etc. A vastidão dos nossos territórios continental e ultramarino impõe-nos a obrigação de os povoarmos fortemente e os aproveitarmos de forma efectiva, sob pena de virmos a perdê-los (...)" (1940a, pp. 62-63, 75).

Quatro anos mais tarde, numa comunicação apresentada à 22.ª Subsecção do II Congresso da União Nacional, realizado em Lisboa, Mendes Correia sustenta que:

> "1.º Deve dar-se aos mestiços do nosso Império um tratamento carinhoso, humano, fraterno, procurando melhorar a situação daqueles que, porventura, foram desfavorecidos por más condições (...) e promover (...) a sua colaboração com os mais prestimosos valores nacionais; 2.º Não deve considerar-se o mestiçamento em larga escala como base da nossa política colonial, pois isso implicaria a destruição dum património germinal, que é a maior garantia da continuidade histórica da Pátria; 3.º O mestiçamento em áreas de difícil aclimação dos europeus ou por virtude da escassez dos colonos provenientes da metrópole, é, no entanto, um recurso a adoptar para exploração dalguns territórios (...); 4.º Em tal caso deve procurar-se, dentro do possível, uma selecção eugénica dos progenitores (...); 5.º Devem abrir-se tôdas as legítimas possibilidades aos mestiços no campo da acção profissional, económica, agrícola e industrial, e mesmo no da política e administração locais" (1944, pp. 3-4).

Neste excerto a mestiçagem surge como uma ameaça, pois conduziria à dissolução de caracteres específicos dos portugueses, cuja existência já vários autores tinham tentado demonstrar. Porém, o "mestiçamento" aparece também como via subsidiária da manutenção e consolidação do império, ou seja, verifica-se aqui uma actualização das ideias do autor que atenua o conteúdo de alguns dos seus discursos anteriores. Por outro lado, a posição dos autores que vêem a mestiçagem como destabilizadora, embora influente, não representa todos os discursos da época. Houve alguns que contrastaram com estes, sobretudo mais tarde, após a apropriação das teses luso-tropicalistas de Gilberto Freyre.

Coerentemente com as oposições à miscigenação é nesta altura que são produzidos trabalhos visando provar a pureza do povo português. No âmbito das Conferências de Alta Cultura Colonial (1936), Sampaio e Mello, professor da Escola Superior Colonial, defende que os portugueses em contacto com outras populações se manteriam sempre portugueses (com características inalteráveis) e um bom exemplo disso era o Brasil – a "insofismável demonstração do alto potencial eugenésico da gente portuguesa":

> "Os cromossomas portugueses, nos cruzamentos rácicos prevalecem sôbre os outros (...). Mas não é só no campo da pigmentação que o nosso soma triunfa; é, também (...) no campo psíquico. O filho de português e de mulher de qualquer raça é sempre português" (1936, p. 52).

Noutro texto, desta vez sobre o índice nasal dos portugueses, Tamagnini (1939) procurou demonstrar que os narizes dos portugueses eram muito diferentes e não tinham qualquer influência dos narizes dos africanos. Isto apesar da conhecida e considerável importação de escravos africanos para Portugal, em termos numéricos, nos séculos XVI e XVII (Tinhorão, 1988), mas que ali não foi reconhecida pelo autor.

No já referido CNCP, o médico Joaquim Pires de Lima defendeu que os portugueses resultavam da síntese dos elementos lusitano, românico e germânico, negando outras influências. Além disso, considerava que em África os negros deveriam ser "modestos auxiliares" dos portugueses, mas não se deveria criar neles a veleidade da independência nem permitir que viessem para a metrópole, procurando-se assim manter a "pureza da raça e impedindo-se a mestiçagem" (1940, p. 99). Nesse congresso, Ayres de Azevedo apresenta o trabalho "A pureza bioquímica do Povo Português" no qual conclui que "a influência das raças coloniais (nomeadamente Hindu e Negra) na pureza bioquímica do povo português, é pràticamente nula" (1940b, p. 563).

Ainda no âmbito dos congressos de 1940, no Congresso de História da Actividade Científica Portuguesa, foi apresentado um estudo sobre mensurações somáticas e análises hematológicas às populações indo-portuguesas elaborado por Germano da Silva Correia. No que respeita aos caracteres somáticos gerais, o autor refere que os luso-descendentes, de "pura raça europeia", diferem muito pouco do tipo médio do português, europeu. Por outro lado, do ponto de vista somatológico considera que "não ocorreu nem degenerescência, nem diversificação rácica na grei Luso-descendente, domiciliada há mais de dois séculos nesta Colónia" e que a única diferença resultante do clima tropical é "o menor grau de robustez orgânica que se nota nesses luso-descendentes, no que, para mais, deve contribuir uma alimentação menos substancial e fortificante do que a servida na Europa" (1940, pp. 663 e seguintes).

Histórias de miscigenação na colonização portuguesa

Apesar do referido atrás, historicamente houve quem tenha defendido uma política de casamento misto, como é o caso de Afonso de Albuquerque, governador da Índia, que encorajou os seus homens a casar com mulheres de origem ariana convertidas ao cristianismo, embora não quisesse que estes casassem com "'mulheres negras' de Malabar" (Boxer, 1967, pp. 98-99). Albuquerque procurava "criar uma raça cristã legítima porém mista, através do casamento com mulheres hindus seleccionadas" (Boxer, 1967, pp. 98-99). Quanto à política da coroa portuguesa em relação à barreira de cor no Estado da Índia[14], no século XVI, os reis portugueses consideraram que "a religião e não a cor deveria ser o critério para a cidadania portuguesa e todos os asiáticos convertidos ao cristianismo deveriam ser tratados da mesma maneira que os correligionários portugueses" (Boxer, 1967, p. 103). Neste contexto seria português quem nascesse em Goa, Brasil, Angola ou Lisboa. Todavia, a partir da correspondência dos vice-reis de Goa, que aponta para a inferioridade física e moral dos mestiços, é possível darmo-nos conta da discriminação racial feita a favor dos portugueses nascidos na Europa (Boxer, 1967, p. 104).

Várias vezes foram lembradas as iniciativas de Albuquerque na Índia no que respeita à colonização. A sua visão político-militar, na perspectiva de uma ideia imperial, posta em prática no início do século XVI, foi considerada inspiradora e precursora das ideias que se quiseram pôr em prática nos territórios coloniais depois dos anos 40 do século XX (Matos, 2006). Albuquerque entregou o governo da cidade de Goa a Timoja – um mercador hindu a quem se aliou –, atribuiu aos "índios" cargos públicos, respeitou as suas vilas, deu terras a outros ou atraiu-os para a cidade para aí trabalharem, manteve casas hindus ao mesmo tempo que promoveu o casamento entre portugueses e mulheres nativas no sentido de formarem um novo grupo[15], criou um município como em Lisboa, reforçou fortificações, procurou propagar a língua e a religião de Portugal. Posteriormente, tomou Ormuz e Malaca aplicando também aí os princípios da sua política. É, por isso, considerado o grande construtor do império do Oriente e um dos expoentes máximos da expansão portuguesa.

Nesta pesquisa encontrei em alguns autores a ideia de que os portugueses não estabeleciam barreiras raciais nas suas colónias e que a sua fácil miscigenação com outros povos lhes daria uma certa especificidade, como aliás verificou também Charles Boxer (1967, p. 35). Esta ideia parece ser predecessora da ideologia "luso-tropicalista" cujos fundamentos começam a ser lançados na obra *Casa Grande & Senzala* de Gilberto Freyre (1957 [1933]), discípulo de Franz Boas. Nessa obra Freyre valoriza o contributo das culturas dos africanos e dos ameríndios para a formação do Brasil e defende que a sociedade brasileira foi favorecida pela miscigenação durante o período colonial. O Brasil, considerado livre de preconceito racial, podia servir de exemplo para o resto do mundo. Para além da "democracia racial", o autor destaca a predisposição dos portugueses para o contacto fraterno com populações tropicais, devido ao seu passado étnico e cultural de "povo" indefinido entre a Europa e a África[16].

---

[14] Os que aí casassem podiam estabelecer-se como cidadãos. Os outros estavam sujeitos ao serviço militar até à morte, casamento, deserção, incapacidade por ferimentos ou doença.

[15] A ideia de casar portugueses com mulheres hindus (e mouras) e de atribuir dotes custou alguns dissabores a Albuquerque, localmente e no reino, pois muitos repudiavam esta miscigenação.

[16] *Vide* Andrews (1991) e Castelo (1998).

O escritor e intelectual de direita José Osório de Oliveira revela ser conhecedor da obra de Freyre e das suas ideias. Além disso, pareceu-me que concordaria com as mesmas e as enaltecia já na década de 30 e inícios da década de 40, numa altura em que o regime político ainda não tinha incorporado as teses do lusotropicalismo e da mestiçagem desproblematizante do povo português. Osório de Oliveira era a favor da mestiçagem e enaltecia o valor dos negros[17]. Num artigo publicado n' *O Século* (Oliveira, 1940) refere-se à obra do mestre de história social do Brasil destacando que já no século XVI o português ao levantar a "casa-grande de engenho" se tornou luso-brasileiro e foi "fundador de uma nova ordem económica e social". Para Oliveira, o Brasil pouco devia ao aborígene além de uma certa "contribuição folclórica" e o facto de ter "servido de pretexto para um mito literário nacional". Em detrimento do "índio", o escritor destaca a contribuição do afro-brasileiro, mas até este era "obra do português", pois foi ele que levou o negro para o Brasil e "mesmo em regime de escravidão, pelo convívio e pelo cruzamento" permitiu "o seu acesso à vida civilizada, tornando possível a integração dos seus descendentes na sociedade brasileira". Por outras palavras, Oliveira privilegia o valor social do negro, mas refere que foi o português que lhe permitiu ter acesso à vida civilizada, pois "ao contrário do anglo-saxónico (...) tornou possível a fusão das raças no Brasil, e para maior riqueza psicológica (...) forneceu-lhe mais êsse elemento". Oliveira enaltece ainda o mulato lembrando a figura do "único talvez universalizável dos escritores do Brasil: Machado de Assis" que era "mulato" (1940, p. 73). Contudo, mais do que elevar o "índio" ou o "negro", Oliveira enaltece sobretudo a colonização portuguesa.

Segundo um artigo do intelectual de direita, Manuel Múrias, publicado numa edição comemorativa das festas centenárias de 1940, o ministro das Colónias, Vieira Machado, meses depois de ter assumido o cargo, na inauguração das conferências de Alta Cultura Colonial (1936), não hesitava em reconhecer que a política de colonização portuguesa era "de assimilação". Nas suas palavras, "em contraposição à política de segregação adoptada por outros países coloniais", "não criámos barreiras intransponíveis entre as populações nativas e nós próprios antes, ao contrário, com elas estabelecemos um íntimo contacto, isento de preconceitos"[18]. Na mesma comunicação, o ministro referia que "a difusão da língua portuguesa pelos indígenas" fazia parte da "política de assimilação", enquanto o "ensino dos seus idiomas próprios, com a exclusão do idioma do povo colonizador", era "regra adoptada pelas nações" que praticavam "a política de segregação". Nesse sentido, a "política de assimilação" significava a integração na pátria pela transmissão da língua e da religião. O autor enfatiza ainda o desejo de que "todos os portugueses possam um dia ter iguais direitos e obrigações".

Apesar dos discursos que enalteceram a colonização portuguesa e os contributos da miscigenação, a obra de Freyre não teve uma recepção positiva em Portugal logo na década de 30. O "renascimento do império" estava ainda imbuído de ideias raciais e, como tal, não havia lugar para a visão culturalista de Freyre ou para o elogio do mestiço (Castelo, 1998). Além disso, discutia-se ainda uma certa especificidade própria dos portugueses (em termos biológicos e em termos de psicologia colectiva) onde não havia espaço para a valorização de elementos externos.

---

[17] *Vide* Oliveira (1934a), Oliveira (1934b) e Oliveira (1939).

[18] Citado em *O Século. Suplemento dedicado ao Império...*, pp. 7-8.

Manter o império, salvar a nação: reformulações trazidas pelo pós-guerra

Nos anos 30 e 40 do século XX, apesar da crítica culturalista, assistiu-se nos EUA e na Europa a um reforço de certos modelos raciais, como o arianismo na Alemanha ou a política de segregação nos EUA, embora esta já viesse do século XIX com as leis de Jim Crow (entre 1876 e 1965). Com o fim da guerra (1945), os sistemas coloniais, de um modo geral, começaram em decadência. Por seu turno, na Ásia e na África surgiram movimentos nacionalistas e os já existentes foram reforçados. A partir da fundação da ONU, em 24 de Outubro de 1945, pela Carta das Nações Unidas, Portugal foi pressionado internacionalmente pelo facto de possuir territórios coloniais. Embora se trate da mesma década é notória esta marca entre o antes e o depois de 1945.

Embora a recepção da teoria gilbertiana em Portugal tenha sido heterogénea, e não lhe seja dado um grande destaque nos anos 30 e 40, é sobretudo no período pós-segunda grande guerra que se verifica uma mudança na atitude dos políticos do regime face à ideologia de Freyre, embora esta nunca seja apoiada oficialmente (Castelo, 1998). Como resultado das pressões anti-coloniais, numa altura em que os países europeus já haviam concedido a independência às suas colónias, foi necessário proceder a uma reformulação da postura portuguesa face aos territórios ultramarinos e aos seus habitantes.

Registam-se primeiro mudanças ao nível dos discursos e depois ao nível oficial. Assiste-se a uma transformação da imagem imperial, que é comum a países como a França, a Inglaterra e a Holanda. Tal pode ser exemplificado a partir de inúmeras iniciativas, como a de um "número especial dedicado ao império" d' *O Século*, em 1948, do qual vários exemplares foram enviados para o "império". Nesta edição, que contou com cerca de duas centenas de páginas, é possível encontrar textos onde "O Império Português" é descrito como antigo, "eterno", "indestrutível" e "uno", onde se evocam os heróis do passado, do período das descobertas, e em que Angola e Moçambique são exaltadas, enquanto colónias, por serem consideradas as melhores demonstrações do "génio colonizador português". Deste número especial fazem parte pequenos títulos que procuram mostrar que existia igualdade entre os portugueses da metrópole e os das colónias e que o governo estava a fazer um esforço para que houvesse uma progressiva assimilação dos nativos: "A política imperial portuguesa, tem por finalidade a crescente nacionalização das populações coloniais"; "A colonização, que nos custou grandes energias e sacrifícios, tornou iguais nos direitos e deveres todas as raças do Império".

Estes títulos apontam para uma ideia que se pretendia disseminar na altura – a de que havia uma grande proximidade entre a população da metrópole e a das colónias, nas quais se tinham feito grandes investimentos. A mesma ideia me ocorreu quando vi uma fotografia de soldados em Angola com a legenda "Tropa branca e tropa negra, sob o mesmo comando, à sombra da gloriosa bandeira de Portugal" e a fotografia de "Uma escola para europeus e assimilados na Damba". Porém, no corpo de vários dos textos, sob estes títulos sugestivos, constatei que os africanos continuavam a ser denominados simplesmente como "pretos", "selvagens" ou "indígenas". Apesar disso, nesta altura, as ideias sobre superioridade e inferioridade de "raças" começam a desvanecer-se, pois era importante que elas fossem consideradas como tendo sido remetidas para o passado e, olhando para o futuro, se mantivessem os domínios coloniais, afastando a ideia de uma imagem manchada diante dos outros países.

Alguns países optaram pela concessão de uma autonomia gradual aos territórios coloniais, processo que conduziu depois à descolonização. Contudo, Portugal não quis seguir essa estratégia e preferiu incorporar os territórios ultramarinos na nação portuguesa designando-os por "províncias ultramarinas", províncias de Portugal, como o eram o Minho ou o Algarve, em vez de "colónias". A Constituição de 1951 instituiu o regime de indigenato aos nativos de Angola, Moçambique e Guiné pelo facto de se considerar que estes ainda não tinham alcançado "o nível de cultura e o desenvolvimento social dos europeus", como possuíam os de "Cabo Verde, Índia Portuguesa e Macau" (Santos, 1955, p. 159). A expressão "colonização" passa a ser substituída gradualmente por "integração[19]". Porém, o censo de 1950 indica que apenas uma percentagem muito mínima da população das colónias tem o estatuto de "civilizada" ou "assimilada" (Pereira, 1986, p. 214).

Por sua vez, o Ministério das Colónias passa a designar-se Ministério do Ultramar e o *Boletim Geral das Colónias* muda o título para *Boletim Geral do Ultramar* (embora em 1951 ainda encontremos as duas designações). As ideias discriminatórias do Acto Colonial começam a ser abandonadas e o regime começa a incorporar a teoria de Freyre[20]. Para designar o "indígena" começam a empregar-se termos mais neutros, embora se continuem a utilizar estereótipos para o identificar. Os argumentos acerca da "vocação imperial" dos portugueses alteram-se: ao contrário de outros países, Portugal ter-se-ia caracterizado por uma colonização desinteressada, baseada na transmissão dos ideais cristãos e na procura de integração das populações colonizadas na civilização ocidental. Tal reformulação deveu-se à conjuntura marcada pelas independências africanas e pela emergência dos movimentos de libertação colonial, muitas vezes vistos como estando interligados com uma conspiração internacional ou comunista. Deixa de falar-se tanto em vocação imperial para passar-se a falar em lusotropicalismo[21] – tese a que Freyre procurou dar legitimidade.

A *Carta Orgânica do Império Colonial Português*, de 15 de Novembro de 1933, tinha posto termo a vários organismos coloniais e levado ao enfraquecimento de departamentos e sectores administrativos das colónias. Porém, no início dos anos 50 surge um reforço destas estruturas. A política imperial passa a ser designada por política ultramarina. Torna-se necessário validar o projecto colonial português apostando na legitimação da sua diferença perante os demais (poucos) ainda existentes. Nesse sentido, defende-se uma nação pluricontinental constituída por portugueses de todas as "raças" com a qual todos se identifiquem. Esta defesa de uma sociedade multirracial registou-se precisamente na altura em que as ideias de Freyre começam a ser melhor aceites e difundidas.

Em 1951, Freyre visita Portugal e as suas colónias na África e na Índia[22], a convite do ministro das Colónias, Sarmento Rodrigues, para que assim pudesse provar a sua teoria *in situ*. Fenómenos idênticos ao sucesso do Brasil com uma "harmonia" racial (apesar dos conflitos existentes que o próprio reconhece) e uma coexistência tolerante de diferentes culturas e religiões, dever-se-iam observar em outros locais sob domínio português e é esta similitude que vai tentar provar. Por exemplo, na Guiné encontrou fulas islamizados que

[19] Este princípio de integração não é novo e já vinha desde os tempos do liberalismo.

[20] Porém, as concepções luso-tropicalistas de Freyre também receberam críticas, sobretudo porque a discriminação racial e as duras práticas administrativas coloniais existiram e persistiram durante muito tempo.

[21] Sobre luso-tropicalismo e miscigenação no contexto colonial e pós-colonial, *vide* Almeida (2000).

[22] Freyre não visita Timor, pois foi-lhe transmitida a ideia de que não valeria a pena. Sobre o que escreveu acerca desta viagem, *vide* Freyre (1954a) e Freyre (1954b).

conviviam e colaboravam com o colono português; em Goa, Damão e Diu constatou que conviviam simultaneamente católicos, muçulmanos, hindus e parses. No entanto, em alguns casos não se trataria propriamente de uma atitude tolerante e talvez fosse a própria pobreza a aproximar os colonos portugueses das gentes nativas que alguns acreditavam encontrar-se ainda em estágios anteriores de desenvolvimento.

Nesta altura começam a aparecer títulos exemplificativos da nova visão da realidade como, por exemplo, *Muitas raças, uma só nação*, de António Alberto de Andrade (1953). Contudo, os "discursos" continuavam a transparecer a desigualdade que existia entre essas "raças". Por exemplo, Moreira da Silva, refere numa conferência proferida em Braga, a 6 de Maio de 1952, nas comemorações da Semana do Ultramar, que termos como "autonomia" e "independência" não têm sentido, pois o que se procura é:

> "(...) A sua progressiva integração nos nossos costumes; a aprendizagem da nossa língua, o abandono das instituições primitivas; a subordinação ao nosso direito civil, comercial, do trabalho, ao direito criminal (...). O que procura criar-se entre os indígenas, é que cada um ande vestido e calçado, venha a ler e escrever, aprenda uma profissão, se habitue a raciocinar, adquira conscientemente a fé em Deus (...)" (1952, p. 226).

Nas próprias palavras do autor, ambicionava-se não a emancipação, mas sim a subordinação das populações ultramarinas e o abandono das suas instituições "primitivas". Por outros termos, o que esta política almejava era a sua subjugação às instituições da civilização representada pela metrópole. De um modo geral, os políticos do regime manifestavam um certo paternalismo pelas populações das colónias e, ao mesmo tempo, partiam do pressuposto da superioridade da civilização ocidental. Até 1954, o "estatuto de indígena" (escrito em 1926 e sujeito a alterações sucessivas), que não permitia o acesso à cidadania da maioria da população das colónias africanas, manteve-se, tendo sido substituído por outro, em alguns aspectos mais discriminatório, e finalmente abolido em 1961. Além disso, os arquétipos continuam. A distância entre o europeu e os povos colonizados persiste. A modernização da sociedade ocidental continua a ser referida como oposta ou estando num local diferente e posterior em relação ao mundo tradicional, ao folclore ou aos "usos e costumes". Posteriormente, em 1955, com a Conferência de Bandung, realizada na Indonésia a 18 de Abril, foi reafirmada a necessidade de se conceder a independência aos territórios coloniais. Os povos asiáticos tomam consciência do seu valor e da necessidade em se solidarizarem com os africanos.

Embora sejam raros, começam a surgir discursos que defendem uma maior tolerância relativamente aos africanos. É o caso do texto do funcionário administrativo Manuel Belchior, que defende uma "compreensão do nativo como instrumento de política indígena" e defende que "quando se trata de avaliar as qualidades do preto, não é lógico medi-las (...) pelos nossos cânones" (1951, p. 19). Começa então a verificar-se uma nova abordagem quando são referidas as populações autóctones das colónias, sobretudo porque o contexto histórico internacional tinha-se alterado e era necessário acalmar os ânimos independentistas. Procurava-se assim manter uma nação que, embora economicamente precária, transmitia para o exterior uma imagem exemplar de tolerância racial, que a ia mantendo no seu posto de nação colonial. No entanto, o regime português só se terá apercebido da real necessidade de alterações quando começaram os conflitos nas colónias. A política do Estado Novo começou então a alterar a legislação ao nível da abolição das culturas obrigatórias, do trabalho forçado e do "estatuto de indígena". Porém, esse esforço veio já fora de tempo.

Neste contexto, os nativos são muitas vezes referidos como "portugueses das colónias" ou "portugueses de côr". Por outro lado, os discursos procuram manifestar que estava a existir um esforço político para que as populações colonizadas se tornassem assimiladas e, nesse sentido, se passassem a identificar com a civilização ocidental.

Surpreendentemente, os estudos antropológicos continuam a esforçar-se por inventariar as diferenças entre os grupos humanos da realidade colonial e, sobretudo, entre as populações colonizadas e os portugueses/europeus. Fica a pergunta: numa altura em que se difundem as teses lusotropicalistas (a partir de meados dos anos quarenta), por que razão se continua a assistir em Portugal a um desenvolvimento dos estudos da antropologia física, nomeadamente aqueles que insistem na procura de critérios que conduzem à diferenciação entre "raças"? Talvez porque, aparentemente, não exista contradição entre as primeiras e os segundos. A antropologia física, mais tarde designada por antropologia biológica, continuou a utilizar o termo "raças", apesar do teor racialista e selectivo das teses eugénicas dos anos 30 e 40 ter sido substituído. Por outro lado, subsistiram trabalhos sobre a diferenciação humana e o "potencial" dos mestiços, mas em que a tónica não é colocada tanto na componente hereditária, mas sim no ambiente. Por exemplo, Maria Emília de Castro e Almeida[23] refere num trabalho que:

> "(...) Se por vezes, os mestiços de diferentes grupos humanos apresentam características fenotípicas inferiores, isto é devido ao ambiente pouco propício em que se desenvolveram e não certamente ao facto de o património génico dos progenitores pertencer a agrupamentos diversos. (...) As práticas eugénicas actuais ou futuras, que pretendem melhorar o património hereditário humano, parecem-nos muito perigosas, não apenas dos pontos de vista moral e étnico (...) mas no que respeita à futura evolução biológica dos grupos humanos" (1966?, pp. 166, 173).

Ao longo dos anos 50, a palavra raça, assim como expressões dela derivadas, continuam a surgir nos discursos de políticos e investigadores portugueses, embora menos frequentemente. Todavia, persiste a evocação de ideias que remetem para as noções de "raça", antropologia física, tipologias raciais, e continua a procurar-se o "tipo português", o "carácter português", etc., ainda que num domínio mais social e cultural. Entretanto, na biologia chegou-se à conclusão de que os membros de grupos humanos muito distintos entre si se podiam reproduzir, sem que isso constituísse qualquer problema. Além disso, os males que hipoteticamente adviriam desses cruzamentos não tinham fundamento científico; tinham, quando muito, uma justificação social. Fenómenos como a diminuição da fertilidade ou mesmo esterilidade, assim como a debilidade física não são sequência da mistura entre grupos distintos. Os efeitos desses cruzamentos são sobretudo sociais, e não biológicos, e são considerados negativos, muitas vezes, apenas em resultado da dificuldade suscitada pela necessidade de definir e saber onde enquadrar socialmente o "mestiço".

Conclusão

As ideias eugénicas foram influentes em Portugal numa altura em que os estudos demográficos sobre as populações e as suas condições de vida e saúde constituíram um motivo de reflexão transversal a diversas áreas. Num país pequeno, cujos recursos não

[23] Filha de António de Almeida.

abundavam, mas com um passado histórico heróico durante as Descobertas, alguns autores nos finais do século XIX sentiram-se confrontados com um período de decadência que os conduziu a procurar conhecer melhor as origens dos portugueses, e a formular teorias nacionalistas, tendo tido estas, por vezes, uma base racial. Nessa altura, as ideias acerca do aperfeiçoamento da "raça" portuguesa atraíram, e continuaram a atrair no início do século XX, um número substancial de pensadores, historiadores, cientistas, médicos e académicos. Alguns deles propuseram medidas de engenharia social e também o Estado utilizou argumentos eugénicos com vista a intervir na esfera privada e social, através de políticas destinadas a combater os problemas demográficos nacionais.

Em Portugal, as medidas ao nível da eugenia positiva passaram pelo reforço da assistência social e da protecção materno-infantil, de que são prova, por exemplo, algumas das obras de Bissaya-Barreto. As medidas de eugenia negativa incluíram tentativas de eliminar defeitos físicos e mentais, que podiam ser transmitidos através da hereditariedade, sugerindo a proibição de casamentos e a segregação dos indivíduos considerados "anormais"[24]. Entre os discursos analisados regista-se, por vezes, um debate entre "qualidade" e "quantidade". Os mais radicais defendiam que só os indivíduos mais "capazes" deviam ter mais filhos; porém, não só em Portugal, como em vários outros países europeus, fascistas ou demoliberais, o aumento da população era um objectivo importante a alcançar.

Os princípios da eugenia não foram levados até às últimas consequências e não se chegou a concretizar o extermínio ou o genocídio, como aconteceu na Alemanha, ou a esterilização, como na Suécia, um fenómeno recentemente noticiado na comunicação social a propósito de um estudo no qual se concluiu que, entre 1935 e 1974, cerca de 60000 pessoas tinham sido esterilizadas, contra a sua vontade ou sem o seu conhecimento. A eugenia negativa não terá vingado nas suas formas extremas em Portugal, porque este era um país maioritariamente católico, onde a influência da Igreja na sociedade constituía um factor muito importante. Como referiu Irene Pimentel, "o regime salazarista não se preocupou em promover medidas eugénicas 'positivas', deixando o grosso das tarefas assistenciais a cargo da Igreja que assim serviu de caução à inactividade estatal nesses mesmos campos, e fugiu a ser um Estado-Providência até ao final dos anos sessenta" (1998, p. 27). Num contexto em que existia uma estreita colaboração entre Estado e Igreja assistiu-se a um entrecruzar dos discursos e princípios políticos com os princípios da Igreja, e à influência da Igreja no próprio Estado. Por outro lado, alguns discursos científicos estavam imbuídos de discursos políticos e até de teor religioso.

No que respeita a Portugal existiu uma contradição entre a promoção da ideia de "pureza racial" dos portugueses, por um lado, e a argumentação simultânea de que eles descendiam de vários povos, mas todos reuniam características particulares, que se mantiveram inalteráveis ao longo dos séculos, por outro. Ou seja, apesar da ascendência diversa dos portugueses, a mistura nem sempre foi reconhecida e alguns autores procuraram provar a sua "pureza racial". Outros consideravam que, mesmo cruzando-se com outros povos, os portugueses não perderiam a essência individual que os caracterizaria.

É nesse sentido que alguns autores referem que, no âmbito da relação de Portugal com os territórios ultramarinos, gerada pela situação colonial, o processo de assimilação das populações autóctones daqueles territórios não parecia diluir a originalidade portu-

[24] Um dos paradigmas da política eugénica "negativa" foi a Mitra – um albergue de mendicidade onde foram encerrados loucos, criminosos, mendigos, crianças e velhos (*vide* Bastos, 1997).

guesa, pois o potencial eugénico dos portugueses permitia que essa originalidade se mantivesse, mesmo em contacto com populações "exóticas". Curiosamente, nos séculos anteriores, a atribuição de um título nobiliárquico em Portugal, por exemplo, só era concedida se o indivíduo provasse nunca ter passado por África e, portanto, não tivesse quaisquer relações com negros. Além disso, a assimilação foi um processo moroso. Apesar do novo conteúdo do texto da Constituição de 1951, aparentemente integrador, a maioria dos indivíduos que habitavam os territórios administrados por Portugal não tinha cidadania e o "estatuto de indígena", que perdurou até 1954, quando foi substituído por outro, só teve fim em 1961.

Num momento caracterizado pelas pressões internacionais, as teses luso-tropicalistas foram incorporadas nos discursos políticos dos homens do regime e aplicadas à caracterização da colonização portuguesa. Todavia, hoje, a ideia do luso-tropicalismo, já há muito tempo alvo de descrédito científico, e tendo sobrevivido ao período pós-independência das ex-colónias portuguesas, parece coadunar-se, segundo historiadores como Alexandre (2000) e Castelo (1998) e antropólogos como Vale de Almeida (2000) e Cristiana Bastos (1998), com algumas das ideias acerca do nacionalismo português, da identidade nacional e da adaptação dos portugueses a diferentes territórios[25].

Na primeira metade do século XX, foram vários os autores e os especialistas que teceram considerações acerca da "raça" e do aperfeiçoamento da mesma. Entre eles estiveram médicos, antropólogos e políticos da sociedade portuguesa, mas também da Europa e dos EUA. Na posse do poder de analisar, discriminar, diagnosticar e deliberar, esses especialistas discutiram a superioridade biológica e cultural de uns indivíduos, em detrimento de outros, e propuseram medidas científicas e políticas com vista a penetrar nas esferas pessoais e sociais dos cidadãos. Apesar de presentemente vivermos num contexto diferente, Portugal é hoje um país de imigração e de acolhimento para muitos indivíduos, vistos algumas vezes sob o sentimento de ameaça. Por essa razão devemos estar alerta para a probabilidade de estas discussões – sobre os possíveis efeitos das misturas biológicas e culturais dos portugueses com outros grupos e, consequentemente, sobre o receio da diluição dos supostos caracteres seculares dos portugueses, evocados no início do século XX por Mendes Correia e por outros autores, e sobre os riscos de contaminações diversas que levem à degenerescência – poderem voltar a surgir em qualquer momento.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

ALEXANDRE, V. (2000), "O império e a ideia de raça (séculos XIX e XX)". *In* J. Vala (org.), *Novos Racismos. Perspectivas Comparativas*, Oeiras, Celta, pp. 133-144.

ALMEIDA, M. E. (1966?), "A raça em antropologia. Trabalho em homenagem à memória do Prof. Doutor Flávio Resende". *Revista da Faculdade de Ciências de Lisboa*. 2.ª série - C - XV (2). 1968.

ANDRADE, A. A. de. (1953), *Muitas raças, uma só nação*, Lisboa, AGU.

ANDREWS, G. R. (1991), *Blacks & Whites in São Paulo, Brazil, 1888-1988*, Madison, UWP.

AZEVEDO, A. (1940a), "População e Império". *In Congressos do Mundo Português. Comunicação apresentada ao CNCP*, Lisboa, Comissão Executiva dos Centenários, pp. 61-75.

[25] A especificidade da cultura portuguesa é considerada por alguns autores como a de uma "cultura de fronteira" (Santos, 1993) que se deixa contaminar pelo que lhe é exterior (Dias, 1990; Santos, 1993).

AZEVEDO, A. (1940b), "A pureza bioquímica do Povo Português". *In Congressos do Mundo Português. Comunicação apresentada ao* CNCP, Lisboa, Comissão Executiva dos Centenários, pp. 551-564.

BALANDIER, G. (1955), *Sociologie Actuelle de L'Afrique Noire. Dynamique des changements sociaus en Afrique Centrale*, Paris, Presses Universitaires de France.

BANTON, M. (1996 [1984]), "Eugenics". *In* Ellis Cashmore (ed.), *Dictionary of Race and Ethnic Relations*, London, New York, Routledge, pp. 125-126.

BASTOS, C. (1998), "Tristes trópicos e alegres luso-tropicalismos: das notas de viagem em Lévi-Strauss e Gilberto Freyre". *Análise Social*. 33 (146-147), pp. 415-432.

BASTOS, S. (1997), *O Estado Novo e os Seus Vadios. Contribuição para o estudo das identidades marginais e da sua repressão*, Lisboa, Dom Quixote.

BELCHIOR, M. (1951), *Compreendamos os Negros!*, Lisboa, AGU (2.ª ed.).

BISSAYA-BARRETO, F. (1940), "Festas comemorativas dos Centenários e da Rainha Santa". A *Saúde. Mais vale prevenir do que remediar. Jornal popular, bi-mensal de Higiene e Profilaxia Sociais*, n.os 229-230, pp. 4-7.

BOXER, C. (1967), *Relações Raciais no Império Colonial Português. 1415-1825*, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.

BRAGA, T. (1985-1986 [1885]), *O povo português nos seus costumes, crenças e tradições*, Lisboa, Dom Quixote.

CASTELO, C. (1998), *O Modo Português de Estar no Mundo. O luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1961)*, Porto, Afrontamento.

CORREIA, G. (1934), "Os Eurafricanos de Angola". *In Trabalhos do 1.º Congresso Nacional de Antropologia Colonial*, Volume I, Porto, Edições da 1.ª Exposição Colonial Portuguesa, pp. 300-330.

CORREIA, G. (1940), "Antropologia na Índia portuguesa". *In Congressos do Mundo Português, Congresso da História da Actividade Científica Portuguesa*, Lisboa, Edição dos Congressos do Mundo Português, pp. 663-678.

CORREIA, M. (1914-1915), *Antropologia. Resumo das lições feitas pelo assistente, servindo de professor da cadeira*, Porto, Imprensa Portuguesa.

CORREIA, M. (1928), "O problema eugénico em Portugal". *Sep. do livro Congresso Nacional de Medicina*, Jun. 1927, Porto, Enciclopédia Portuguesa, pp. 1-7.

CORREIA, M. (1934), "Os mestiços nas colónias portuguesas". *In Trabalhos do I Congresso Nacional de Antropologia Colonial*, Porto, Edições da I Exposição Colonial Portuguesa, pp. 331-349.

CORREIA, M. (1940a), "Discurso na Sessão Inaugural do Congresso Nacional de Ciências da População". *In Congressos do Mundo Português, CNCP*, Porto, Imprensa Portuguesa.

CORREIA, M. (1940b), "O mestiçamento nas colónias portuguesas". *In Congressos do Mundo Português, Congresso Colonial*, Lisboa, Comissão Executiva dos Centenários.

CORREIA, M. (1940c), "Factores degenerativos na população portuguesa e seu combate". *In Congressos do Mundo Português, CNCP*, Lisboa, Edição dos Congressos do Mundo Português, pp. 577-589.

CORREIA, M. (1944), "O mestiçamento nas colónias portuguesas". Sep. de *África Médica*, nº 12, Porto, Costa Carregal.

CORREIA, M. (1949?), *Professor João Avelar Maia de Loureiro*. Lisboa, s.n.

DANTAS, J. (1919), *Espadas e Rosas*, Lisboa, S. ed.

DARWIN, C. (1968 [1859]), *A Origem das Espécies*, São Paulo, Hemus.

Diário de Coimbra, 10/12/37, Coimbra.

DIAS, J. (1990 [1953]), "Os Elementos Fundamentais da Cultura Portuguesa". *Estudos de Antropologia*, Vol. I, Lisboa, INCM, pp. 135-157.

FERNANDES, B. (1940), "Hereditariedade e profilaxia das doenças mentais". *In Congressos do Mundo Português. CNCP*, Lisboa, Comissão Executiva dos Centenários, pp. 626-651.

FREYRE, G. (1954a), *Aventura e Rotina. Sugestões de uma viagem à procura das constantes portuguesas de carácter e de acção*, Lisboa, Livros do Brasil.

FREYRE, G. (1954b), *Um brasileiro em terras portuguesas. Introdução a uma possível Luso-tropicologia*, Lisboa, Livros do Brasil.

FREYRE, G. (1957 [1933]), *Casa Grande & Senzala. Formação da Família Brasileira sob o Regime de Economia Patriarcal*, Lisboa, Livros do Brasil.
GALTON, F. (1979 [1869]), *Hereditary genius*, Londres, Lulyan Friedman.
GALTON, F. (1883), *Inquires into Human Faculty and its development*, Londres, MacMillan.
GINI, C. (1940), "Les facteurs de la décroissance de la natalité à l'époque contemporaine". *In Congressos do Mundo Português, CNCP*, Lisboa, Comissão Executiva dos Centenários, pp. 76-123.
HERCULANO, A. (1916), *História de Portugal*, Lisboa, Aillaud & Bertrand, 7.ª ed.
LATOUR, B. (1993 [1991]), *We have never been modern*, Nova Iorque, Harvester Wheatsheaf.
LEÇA, R. (1934), "Esterilização, não; eugenia, sim". *Brotéria*. Maio 1934.
LIMA, J. P. de (1940), "Influência de Mouros, Judeus e Negros na Etnografia portuguesa". *In Congressos do Mundo Português, CNCP*, Lisboa, Edição dos Congressos do Mundo Português, pp. 63-102.
LLOBERA, J. R. (2003), *The making of totalitarian thought*. Oxford, New York, Berg.
LOUREIRO, J. (1940), "Natalidade, mortalidade e selecção da Raça". *In Congressos do Mundo Português, CNCP*, Lisboa, Comissão Executiva dos Centenários, pp. 124-139.
LOUREIRO, J. (1945), "Reflexões acerca da estatística de mortalidade por causas em Portugal". *Revista do Centro de Estudos Demográficos do Instituto Nacional de Estatística*, n.os 1-2, pp. 65-94.
MALTHUS, T. (1798), *An Essay on the Principle of Population, as it affects the future improvement of society*. London, J. Johnson.
MATOS, P. F. de (2006), *As "Côres" do Império. Representações raciais no "Império Colonial Português"*, Lisboa, ICS.
MATOS, S. C. (1998), "A formação de Portugal". *In Historiografia e Memória Nacional no Portugal do Século XIX (1846-1898)*, Lisboa, Colibri, pp. 313-350.
MELLO, L. (1936), "Da influência da eugenia no fenómeno da colonização e na política do império". *Boletim Geral das Colónias*, n.º 131, Lisboa, AGC, pp. 37-69.
O Século. Suplemento dedicado ao Império Colonial Português e às comemorações, nas Províncias Ultramarinas, dos Centenários da Fundação e da Restauração de Portugal, Junho de 1940, Lisboa, O Século.
OLIVEIRA, J. (1934a), "O negro. Contribuição brasileira para o seu estudo". *O Mundo Português*, Vol. 1, n.º 4, pp. 135-138.
OLIVEIRA, J. (1934b), "A mestiçagem. Esboço duma opinião favorável". *O Mundo Português*, Vol. 1, n.º 11, pp. 367-369.
OLIVEIRA, J. (1939), "A suposta inferioridade do mestiço". *O Mundo Português*. Vol. VI. N.º 62. Fev. 1939. P. 57-60.
OLIVEIRA, J. (1940), "Os portugueses no Brasil". *O Século. Suplemento dedicado ao Império Colonial Português e às comemorações, nas Províncias Ultramarinas, dos Centenários da Fundação e da Restauração de Portugal*, Junho de 1940, Lisboa, O Século, pp. 73-74.
PEREIRA, A. L. (1999), "Eugenia em Portugal?". *Revista de História das Ideias*, Vol. 20, pp. 531--600.
PEREIRA, R. (1986), "Antropologia aplicada na política colonial portuguesa do Estado Novo". *Revista Internacional de Estudos Africanos*, n.os 4-5, pp. 191-235.
PICHOT, A. (2000), *La Société Pure. De Darwin à Hitler*, Paris, Flammarion.
PIMENTEL, I. (1998), "O aperfeiçoamento da raça. A eugenia na primeira metade do século XX". *História*, n.º 3, pp. 18-27.
POLIAKOV, L. (1974 [1971]), *O Mito Ariano*, São Paulo, Perspectiva.
QUINE, M. S. (1996), *Population politics in Twentieth-Century Europe: fascist dictatorships and liberal democracies*, London, Routledge.
RIBEIRO, O. (1981), *A Colonização de Angola e o Seu Fracasso*, Lisboa, INCM.
SANT'ANA, J. (1940), "A mortalidade na população portuguesa e suas principais causas". *In Congressos do Mundo Português, CNCP*, Lisboa, Comissão Executiva dos Centenários, pp. 140-180.
SANTA-RITA, G. (1940), "O contacto das raças nas colónias portuguesas. Seus efeitos políticos e sociais. Legislação portuguesa". *In Congressos do Mundo Português, Congresso Colonial*, Lisboa, Comissão Executiva dos Centenários, pp. 13-70.

SANTOS, B. de S. (1993), "Modernidade, Identidade e a Cultura de Fronteira". *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 38, pp. 11-39.

SANTOS, F. B. (1955), *Política Ultramarina de Portugal*, Lisboa, S. ed.

SANTOS, Gonçalo Duro dos (1996), *Topografias Imaginárias: as estórias de Eusébio Tamagnini no Instituto de Antropologia de Coimbra.* Tese de licenciatura em Antropologia, Universidade de Coimbra. Texto Policopiado.

SARAIVA, J. A. (1929), *Perigos Que Ameaçam a Europa e a Raça Branca*, Sl.

SARDINHA, A. (1915), *O valor da raça: introdução a uma campanha nacional*, Lisboa, Almeida, Miranda e Sousa.

SCHWARCZ, L. M. (2007 [1993]), *O Espectáculo das Raças. Cientistas, Instituições e Questão Racial no Brasil. 1870-1930*, São Paulo, Companhia das Letras.

SOBRAL, J. M. (2004), "O Norte, o Sul, a raça, a nação – representações da identidade nacional portuguesa (séculos XIX-XX). *Análise Social*, n.º 171, pp. 255-284.

STEPAN, N. L. (1991), *The Hour of Eugenics. Race, Gender and Nation in Latin America*, Ithaca and London, Cornell University Press.

TAMAGNINI, E. (1902), *Dissertação para a Cadeira de Antropologia e Arqueologia Pré-Histórica*, Coimbra, IAUC.

TAMAGNINI, E. (1933), "Sociedade Portuguesa de Estudos Eugénicos". *Arquivo de Anatomia e Antropologia*, XVI, pp. 111-134.

TAMAGNINI, E. (1934), "Os problemas da mestiçagem". *In I Congresso Nacional de Antropologia Colonial*, Porto, Imprensa Portuguesa, pp. 39-63.

TAMAGNINI, E. (1934-1935), "Lição inaugural do ano lectivo de 1934-35". *Revista da Faculdade de Ciências*, Vol. V, N.º 1, p. 28.

TAMAGNINI, E. (1939), "Les dimensions du nez, l'indice nasal et le prétendu fort métissage négroide des portugais". *Congrès Intern. des Scien. Anthrop. et Ethn*, 1, Copenhaga, S.ed, pp. 175-176.

TINHORÃO, J. R. (1988), *Os Negros em Portugal. Uma Presença Silenciosa*, Lisboa, Caminho.

VALE DE ALMEIDA, M. (2000), *Um mar da cor da terra. Raça, Cultura e Política da Identidade*, Oeiras, Celta.

VASCONCELOS, J. de (1895), "Excursão Archeológica a Alcácer do Sal: uma raça originária de África". *O Archeologo Português*, I, Lisboa, Imprensa Nacional.